



DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão:

Discorra sobre mutação constitucional e seus limites. Exemplifique. (50 pontos).

2ª Questão:

A Assembleia Legislativa de um estado da federação aprovou, após observância do procedimento adequado, emenda à constituição estadual estipulando a necessidade de prévia autorização do Poder Legislativo para a instauração de ação penal contra o Governador, por crime comum. Avalie, de forma fundamentada, a constitucionalidade da medida. (50 Pontos)

DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão:

Determinado servidor público estadual teve sua aposentadoria concedida e registrada em 1997. Na oportunidade, quando fixados definitivamente os seus proventos, deixou-se de considerar promoção a que o mesmo faria jus em razão de lei editada em 1994. O servidor, inconformado, protocolizou pedido administrativo em 2005 com vista à revisão do ato inicial de fixação dos proventos. Passados dois anos, não tendo obtido resposta, ajuizou ação voltada a condenar o Estado a revisar seus proventos na forma de seu pedido administrativo, bem como a obter o pagamento de parcelas pretéritas. Como Procurador do Estado, quais argumentos de defesa você utilizaria para sustentar que se consumou a prescrição? (50 pontos)

2ª Questão:

As sociedades de economia mista constituem importante forma de atuação direta do Estado na economia, prevista no artigo 173, da Constituição da República. Por força do referido dispositivo constitucional, sua criação condiciona-se à existência de relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional. Diante disso, responda justificadamente:

- tratando-se de modalidade excepcional de atuação do Estado na economia, que princípio deve informar a criação das sociedades de economia mista (20 pontos)?
- à luz dos objetivos previstos no caput do artigo 173 da Constituição, mencionados no enunciado, a obtenção de lucro pela sociedade de economia mista é um propósito protegido pelo ordenamento jurídico? (30 pontos)?

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª Questão:

Disserte sobre o incidente de descon sideração da personalidade jurídica sob a ótica do Código de Processo Civil de 2015. (50 pontos)

2ª Questão:

Numa ação civil pública para reparação do dano ambiental regional proposta na Justiça Estadual, as partes alegaram apenas aspectos de mérito e o feito foi sentenciado. Em grau recursal, alegou-se a incompetência da Justiça Estadual. Considerando a narrativa, aborde os aspectos de competência envolvidos. (50 pontos)